



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Norte de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MUNICIPIO DE TAIÓBEIRAS

CNPJ/CPF : 18.017.384/0001-10

Empreendimento : MUNICIPIO DE TAIÓBEIRAS

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Praça Matriz número/km 145 Bairro Centro  
CEP 39550-000 Taiobeiras - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Taiobeiras (LAT) -15.7971, (LONG) -42.252

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 3727/2025

### Motivo da decisão:

A informação complementar foi considerada invalida uma vez que considerando que a extração de cascalho ocorrerá em área com poligonal registrada na ANM nº 830926/2023 cujo o titular não é o "Município de Taiobeiras" que já tem autorização de pesquisa para a mesma substancia pleiteada pelo requerente. A referida poligonal está ativa na ANM. E além disso não foi apresentada documentação de dispensa de titulo minerário a saber: Declaração de titulo minerário ou registro de extração mesmo se enquadrando no §1º do art. 3º do código de mineração.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Montes Claros, 09/06/2025.

Documento assinado eletronicamente por MONICA VELOSO DE OLIVEIRA, Chefe da Unidade, em 09/06/2025 15:56 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.